

O Quinto Império de Vieira como sonho de regeneração de Portugal e do mundo

Vieira's Fifth Empire as a regeneration dream of Portugal and the world

José Eduardo FRANCO

Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa
das Universidades de Lisboa (CLEPUL)

Resumo

O Padre António Vieira desenvolveu o sonho de um mundo novo naquela que durante muito tempo foi considerada a parte menor da sua obra: o conjunto dos seus escritos proféticos. No entanto, o pensamento profético de Vieira tem sido reabilitado ultimamente na perspectiva do significado profundo da dimensão utópica e das preocupações universalistas e humanizantes que a sua obra encerra. De facto, a utopia de Vieira assume contornos de um universalismo e de um proto-ecumenismo que pretendia responder a problemas que se iriam tornar cada vez mais os problemas que dividiam o mundo dos homens em processo de proto-globalização. O nosso estudo consiste numa proposta de análise dos significados dos grandes contornos do pensamento utópico vieirino, precedendo-a de uma prospecção hermenêutica da génese e evolução da teoria da divisão da história em impérios que desagua em Vieira em formulação peculiar. A ideia de Quinto Império é estabelecida por Vieira ao serviço de um ideário universalista que se consubstancia na configuração de uma ideia de Portugal, de Europa, articulada com o desiderato de pensar e responder com uma solução geral para o processo complexo e conflitual de proto-globalização em curso.

Palavras-chave: António Vieira, Quinto Império, Utopia, profetismo, messianismo.

Abstract

Father Antonio Vieira developed the dream of a new world in that which was for a long time considered as the minor part of his work: his prophetic writings. Lately, the prophetic thought of Vieira has been rehabilitated in the perspective of the deep meaning of the utopic dimension and universalist and humanizing worries present in his work. Indeed, Vieira's utopia outlines an universalism and proto-ecumenism that had as objective to answer the increasingly larger problems that divided the world of men during proto-globalization. What we propose in this study is the analysis of the major outlines of Vieira's utopic thought, preceded by a hermeneutic prospection of the genesis and evolution of the theory according to which History was divided in empires and that in Vieira ends in a very peculiar formulation. The idea of Fifth Empire is placed by Vieira at the service of a universalist ideary that is consolidated by the formation of an idea of Portugal and of Europe articulated with the desire of thinking and providing a general solution for the complex and conflicting process of proto-globalization.

Keywords: Antonio Vieira, Fifth Empire, Utopia, prophetism, messianism.

(...) A relação que mantemos com Portugal é, fundamentalmente, bíblica. Olhamos para Portugal como uma personalidade colectiva portadora de uma alma, no sentido romântico do termo, ainda que referido a algo muito anterior ao Romantismo. E a relação que mantemos com esse gostoso e custoso colectivo vem na esteira de um outro povo, que se descobriu eleito e portador de uma missão universal.

Manuel Clemente, *Portugal e os portugueses*

1. Considerações preliminares

Se o Padre António Vieira ficou na história da cultura como o mestre, por excelência, da Língua Portuguesa, elevando-a a uma perfeição nunca antes tão bem conseguida, no plano da prosa, também merece ser destacado como um dos nossos mais inspirados e inspiradores pensadores utópicos (Peloso, 2005).

O Padre António Vieira desenvolveu o sonho de um mundo novo naquela que durante muito tempo foi considerada a parte menor da sua obra: o conjunto dos seus livros proféticos. No entanto, o pensamento profético de Vieira tem sido reabilitado ultimamente na perspectiva do significado da dimensão utópica e das preocupações universalistas e humanizantes que a sua obra encerra. De facto, a utopia de Vieira assume contornos de um universalismo e de um proto-ecumenismo que pretendia responder a problemas que se iriam tornar cada vez mais os problemas que dividiriam o mundo dos homens em processo de proto-globalização.

A sua militância missionária ao serviço dos índios e da sua promoção espiritual e humana, a sua crítica ao escravagismo, as suas propostas de reforma social, nomeadamente a reforma da Inquisição e a reivindicação de fim da discriminação oprobriosa entre cristãos-velhos e cristãos-novos, acabam por ganhar sentido pleno no desígnio utópico de Vieira

consagrado nas suas obras de especulação teleológica. Nestes escritos, Vieira idealizou uma nova era para a humanidade marcada pelos valores da inclusão, do respeito por diversas tradições de matriz religiosa e pelas várias identidades culturais, da fraternidade, da concórdia e da reabilitação em Cristo de tudo o que é autenticamente humano. Com efeito, Vieira tornou-se, na sociedade fechada de Seiscentos, um precursor, situando-se na rota dos pensadores que contribuíram para criar uma consciência nova que desembocará mais tarde na proclamação dos direitos humanos e na construção de sociedades assentes no respeito pela liberdade, pela cidadania, pelo direito à diferença.

2. Pretextos e contextos da concepção utópica vieirina

O seu pensamento utópico começou a ser engendrado no final da década de 40 do século XVII no âmbito do seu empenhamento político-diplomático ao serviço da nova dinastia reinante, saída da proclamação da restauração da independência de Portugal face a Castela. Aliás, podemos considerar que a sua utopia sofre uma evolução que se explica contextualmente no processo de relação de afecto e desafecto para com o Reino de Portugal e particularmente para com a sua corte.

Vieira, de facto, evolui de uma concepção quinto-imperialista de feição muito mais vinculada ao projecto de reafirmação de Portugal no mundo, portanto, de base ideográfica nacionalizante, para uma ideia muito mais universalista e menos marcada politicamente.

A utopia de Vieira consubstanciada na ideia de Quinto Império na primeira fase nacionalizante insere-se, pois, no mar imenso da literatura produzida, com mais intensidade desde o século XVI, para pensar e repensar a identidade portuguesa, através de um processo quadridimensional de mitificação: mitificação

das origens do Reino de Portugal, engrandecimento das suas gestas bélicas e das suas viagens marítimas de descobrimento e expansão, configurando uma história épica, glorificação de uma idade de ouro e de uma concebida nova era da humanidade criada (a era da proto-globalização); e a idealização de um destino grandioso, apoteótico, que cumpriria em plenitude a missão atribuída divinamente a Portugal, missão esta sempre avaliada como estando inconclusa (Franco, 2000).

O Padre António Vieira surge no século XVII, no tempo crucial da restauração da independência de Portugal, como o sucessor qualificado deste escol de pensadores da ideia da nação. É o homem da hora, que se destaca com a sua hermenêutica profética e assume a função de tecelão da identidade portuguesa, recorrendo às possibilidades do imaginário, para reforçar, no plano da psicologia colectiva, a consciência de Portugal enquanto comunidade nacional de destino, para superar as graves dificuldades do momento presente e levar a cabo a empresa de defesa da nova afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

Homens de letras e de ciências, entre os quais se contam historiadores, poetas, cientistas e matemáticos, engenheiros navais, geógrafos, gramáticos, teólogos e pregadores formaram a elite pensante que fez a tecelagem cultural de uma ideia de Portugal como “nação superior”. Esta nação estaria destinada, desde as suas origens, divinamente estabelecidas, para, guiada providencialmente pelos céus, realizar uma missão única no mundo.

O carácter distinto, em termos identitários, atribuído a Portugal entre as nações da Cristandade europeia decorre de uma interpretação superlativa das realizações inéditas operadas no decurso da empresa política, económica e religiosa da expansão portuguesa para além das fronteiras europeias. Portugal é entendido, neste processo de mitificação, como luz

das nações, farol-vanguarda da Europa cristã, luz do mundo (Gomes, 2005).

Portugal é entendido, de facto, como um país perfilado distintamente pela erudição dos pensadores da identidade portuguesa, como Reino Único da História, como a estrela maior das nações da Europa para iluminar o mundo (Real, 1997).

Os poetas engrandecem-lhe o império marítimo como o primeiro império da modernidade e o maior de toda a história, superando todos os impérios antigos em dimensão, ciência e diversidade de povos e culturas abrangidas na sua alçada de reunião política. Era o primeiro império verdadeiramente global de sempre, pois abraçava o Oriente e o Ocidente, ligando todo o orbe terrestre, império “onde o sol nunca se punha” (cf. Rodrigues & Devezas, 2007).

Os historiadores, como Fernando Oliveira e depois mormente os historiógrafos alcobacences ampliam-lhe a antiguidade e longevidade histórica, fazendo remontar a sua historiogénese e sociogénese aos tempos primordiais dos patriarcas da Bíblia (Franco, 2000). Esses tecelões da história procuravam fazer coincidir a história de Portugal com a proto-história genesíaca dos povos e das nações, conferindo-lhe fundação em direito divino.

Os humanistas, sábios teórico-práticos, fazem da ciência portuguesa a mais avançada, aproveitando do saber de experiência feito que lhes permitiu rever a ciência antiga (Barreto, 1989).

Os filólogos afinam a Língua Portuguesa e defendem as suas possibilidades de ocupar o estatuto que o Latim desempenhava, enquanto língua imperial, e tornar-se um dos instrumentos fundamentais da tecelagem cultural e comunicacional do império que viesse a garantir a sua perenidade humana (Oliveira, 1975). Os teólogos, pregadores e profetas em casamento íntimo com os historiadores, concentrando

muitas vezes estas funções numa mesma pessoa, acentuam o percurso místico da história portuguesa (Marques, 2000) e apontam-lhe um destino utópico, de plenificação da sua missão, considerada não concluída (Calafate, 2001).

3. Vieira opera a síntese do processo de mitificação da nacionalidade portuguesa

Em certo sentido, Vieira como grande tecelão da identidade portuguesa, e explorando o seu estatuto de pregador, acaba por operar a síntese da ideia identitária de Portugal elaborada no século anterior, mas direccionando-a agora para a construção mítica da quarta dimensão mitificante da identidade nacional: a visão utópica da missão e da história futura do reino.

As três dimensões estruturantes da identidade nacional portuguesa amplamente mitificadas no século anterior - as origens remotíssimas do reino, as gestas épicas e a idade de ouro que marca a realização da grande missão portuguesa que fica incumprida com a perda da independência em 1580 – são reafirmadas e plasmadas para, precisamente, fazerem brotar a quarta dimensão, a da utopia, a da apoteose da história.

O Quinto Império é, pois, a quarta dimensão da identidade nacional mitificada em perspectivação utópica. A elaboração de utopias para legitimar pretensões imperiais foi um dos aspectos muito

significativos da Época Moderna europeia em termos político-culturais. Os séculos XVI e XVII foram os séculos da afirmação das nacionalidades europeias em maré contrária à fragmentação sociopolítica do feudalismo medieval.

No chamado *mercado das nacionalidades*¹ que então se configurou culturalmente, entendido como espaço/ambiente de disputa do valor de umas nacionalidades em relação a outras (em concorrência muitas vezes conflitual), em termos de importância e de primazia, ganhou relevo um vector mobilizador desse processo de afirmação: aquilo que Lucien Febvre chamou de “mito do império universal” (Febvre, 2001). Tratava-se, no fundo, da actualização e amplificação agora a uma escala mais globalizante do mito/utopia medieval do Império Cristão (e do Imperador dos Últimos Dias), que sonhava impor-se e estender-se no quadro da luta contra os infiéis e a todos os opositores/desconhecedores da fé. Seria a concretização espiritual, mas organizada temporalmente sob uma estrutura sociopolítica que garantisse a totalização universalizante do paradigma social de cristandade.

4. Obras e metamorfoses da utopia do Quinto Império

A primeira obra profética que o Padre António Vieira parece ter planeado, desde 1649, escrever primeiramente foi aquela que encimou com o título desconcertante e surpreendente: *História do Futuro*.

¹ É especialmente a partir do século XVI que se desenvolve uma espécie de *mercado europeu* dos imaginários nacionais ou das mitologias nacionais. A partir da historiografia, pode-se escarpelizar e distinguir uma tipologia dos mitos das origens das nações que, nessa época, foram delineados com grande envergadura nos círculos culturais da maioria dos países europeus, de que se conhece exemplos comparativamente interessantes, particularmente na Espanha, na França, na Alemanha, nos Países Baixos, na Hungria e na Rússia. Os estados e os reinos recentes ganham, no dealbar da modernidade, a consciência e a convicção de que têm uma origem muito antiga, inscrita nos primórdios genesíacos da humanidade. Assim sendo, configuram uma idade de ouro que distingue em excelência a primeira idade das nações. Neste processo, estabeleceu-se uma dicotomia entre esse passado fulgurante e a história actual. A dicotomia é demarcada pelo optimismo que caracteriza a visão das origens e o pessimismo em face da avaliação das condições do presente. E em todas estas obras historiográficas dos diversos países, a exploração do tema das origens é orientado para fins políticos mais ou menos imediatos. A construção da história é empreendida, em vista da apresentação geral do passado dos reinos até à coevidade, para sustentar uma ideia de pátria, de povo, de reino e de realeza que colocava disciplinas como a Teologia e o Direito ao serviço da História, e a história ao serviço da política. O seu ideal nobilitante do passado nacional funcionalizava a história na disputa ideológico-nacionalizante da primazia desses reinos em relação aos outros pares da Cristandade, no nosso caso particular, especialmente em relação aos outros reinos da comum Península Ibérica. Radicada nessa visão deslumbrada da história passada, esse mesmo imaginário nacional concebe em quase todos os casos uma missão e um destino especial para o respectivo reino e povo, configurando-se culturalmente em utopias ou horizontes grandiosos de realização colectiva (Cf. Bruhns & Burguère, 2000).

No entanto o seu primeiro escrito profético a ser realmente concluído foi um opúsculo, redigido em forma epistolográfica, onde proclamava aquela que deveria ser a grande esperança de Portugal.

Encantado com os resultados do seu processo de expansão missionária no Brasil e consequentemente dos domínios do reino lusitano, escreve o célebre texto *Esperanças de Portugal – Quinto Império do Mundo*, que enviou em correspondência para o seu amigo, André Fernandes, bispo eleito do Japão, a 29 de Abril de 1659. Este manuscrito vai dar, poucos anos depois, o grande pretexto ao Tribunal do Santo Ofício para acusá-lo de desvio da ortodoxia católica. Nesse texto, não dando por definitiva a morte do primeiro monarca da restauração portuguesa e reinterpretando à letra as profecias de Bandarra, profetiza a ressurreição de D. João IV para realizar as missões teleológicas que lhe estavam destinadas: derrotar o império otomano, reconquistar Jerusalém para o cristianismo e inaugurar o Quinto Império do Mundo (Vieira 1956: 1-66).

O Padre António Vieira é, de facto, um dos mais importantes autores que, no século de Seiscentos, tece, ao lado dos sebastianistas ortodoxos² e heterodoxos, a ideia de Portugal como “nação superior”. Como bem observa Miguel Real, para sobrecompensar a experiência de perda e incumprimento da fase gloriosa da história portuguesa da época dos Descobrimentos com a anexação a Castela, entre 1580 e 1640, prognostica-se uma “nova fase de glória e êxtase”, projectando-se Portugal no futuro “como vanguarda do mundo” (Real, 2007: 81 e ss.).

Na correspondência com aquele referido bispo amigo, manifesta o fundamento próximo da sua fé: as Profecias de Bandarra. A autenticidade das quadras proféticas do Sapateiro de Trancoso é reconhecida

por Vieira pelo facto de se terem alegadamente verificado as predições que apontavam o ano 40 para a Restauração de Portugal. Se aquelas foram cumpridas, as outras também o deveriam ser, de acordo com o seu raciocínio silogístico, mas agora mais fundado na emoção utópica do que na razão realista de Vieira.

Apesar de perseguido pelo “Tribunal da Fé”, também devido às suas cogitações proféticas, aquele que tinha consagrado a sua vida a propagar o Evangelho aos índios do Brasil, continua cada vez mais convicto da sua utopia. Aproveita algumas melhoras da sua saúde para se dedicar, no ano de 1664, ano em que lhe morre a mãe, ao desenvolvimento da obra que deixará inacabada: a *História do Futuro*. Deste projecto de tratado, apenas redigiu o “Livro Antepimeiro”, isto é, uma espécie de grande introdução ao que devia ser a explanação longa sobre o que iria ser o futuro do Mundo. Amando a sua pátria até à raiz do coração e do pensamento, sonha, e tenta prová-lo com argumentos eruditos, pesquisados em autores cristãos e não cristãos da tradição profética antiga e moderna, que Portugal seria o líder da instauração do Quinto Império (Franco, 1999).

Apesar de ter deixado inconclusa a *História do Futuro*, decide desde o princípio do anos 70, estando em Roma, a entregar-se ao desenvolvimento daquela que viria a considerar o seu *magnum opus* (obra magna): a *Clavis Prophetarum: De Regno Christi in Terris consumato* - “Chave dos Profetas: Sobre o Reino de Cristo consumado na Terra” (Vieira, 2000). De facto acabará a sua vida a tentar concluir esta obra, onde revê a sua ideia de Quinto Império, de matriz mais nacionalizante, patente na *História do Futuro*, para dar à sua utopia, desiludido que estava com a sua pátria, um carácter mais universalista e eclesiológico. O Quinto Império será, nesta sua última

² Entre os sebastianistas ortodoxos, isto é, aqueles que acreditavam no regresso de D. Sebastião *in persona* para realizar a restauração do Reino, destaca-se Frei Sebastião de Paiva que, antes de Vieira, em 1641, elaborou o primeiro *Tratado da Quinta Monarquia*, que nós tivemos a oportunidade de trazer a lume recentemente (Paiva, 2006).

obra profética, a realização do sonho de universalização do cristianismo sob a égide da Igreja e o estabelecimento de uma era ecuménica de paz e de fraternidade entre os homens. Também, com esta revisão de perspectiva, queria precaver a sua obra profética contra os esperados olhares censórios dos inquisidores e libertá-la o mais possível dos desvios heréticos (Espírito Santo, 2006).

5. Grandes fundamentos do Quinto Império

A fundamentação da problemática do Quinto Império assenta num texto prototípico do profeta Daniel: “O Deus do céu implantará um reino que nunca será destruído e este reino não passará a um outro povo. Ele esmagará e destruirá todos os reinos, mas ele próprio subsistirá para sempre” (Dn 2, 44). Estamos diante de um texto matricial do Quinto Império, revelando já algumas das suas linhas estruturantes: a novidade da criação divina (um reino emergente numa era futura); a indestrutibilidade, a eternidade e a universalidade hegemónica desse reino.

Esse império será ordenado numa economia teonómica, em que tudo será perfeito: o homem, a natureza e as coisas. Aí nenhuma criatura experimentará o sofrimento. A imagem do Quinto Império é, de facto, o nome simbólico da *História do Futuro* e pode

entender-se como uma busca de restauro da vocação adâmica de nomear as essências por Deus Criador³, como o regresso ao estado edénico e à conquista da Idade de Ouro para a humanidade (Ricoeur 1986: 119-133, 232). Por outro lado, o Quinto Império é uma concepção da história que simboliza a unidade da história na unicidade de Deus (Rodrigues, 1958: 328). Aqui está patente toda uma filosofia e teologia optimista no modo de entender a história e o homem, que pode ser interpretada como resposta a toda uma teologia da história profundamente pessimista, herdeira de um certo agostinianismo, ampliado no tempo de Vieira pelo jansenismo.

No que respeita ao capítulo II de Daniel, os teólogos, de acordo com a exegese tradicional, eram mais ou menos concordes em reconhecer no primeiro império o dos Assírios, no segundo o dos Persas, no terceiro o dos Gregos e no quarto o dos Romanos. Ficava por identificar a quinta potência imperial que ainda não tinha aparecido sobre a terra. A doutrina corrente considerava que o Império Romano devia ser o último e a maior parte dos exegetas entendia o último império como o do Anticristo (Cantel, 1963: 59-60).

Vieira propõe uma explicação dissemelhante⁴ que se imponha ao seu espírito como certeza total: a realização do Reino de Deus sobre a terra no Quinto⁵, Império sediado em Portugal. Este tem a pretensão de ser uma unidade real que não se pode confundir

³ Cf. Gn 2, 19. A este propósito António Vieira escreve: “O homem pode dar o nome, mas não pode dar a essência: só Deus pode dar as essências, ainda que não dê os nomes. Mas quando Deus dá o nome, é tal a eficácia da palavra e a nomeação divina que pelo mesmo nome fica Deus obrigado a dar também o significado e a essência. Adão no paraíso, como dissemos, posto que não pode dar as essências às criaturas, pode-lhes, contudo, dar os nomes convenientemente e proporcionando-os às mesmas essências” (Vieira, 1959: V, 14). Segundo Vieira, a perda deste estado adâmico deveu-se à tentação do homem pelo conhecimento. A sua tentativa de compreender as coisas conduziu-o à perda da inocência e do Éden.

⁴ Como escreve Margarida Vieira Mendes: “Em muitos passos dos sermões, o Padre António Vieira vai evocar a divisão da História passada em Quatro Impérios: o Assírio, o Persa, o Grego, e o Romano. Até o século XVII continuava vigente, no pensamento sobre o tempo, a arrumação cronológica em idades, ou então em impérios. Tomava-se a história como uma totalidade finita, fechada; só assim se justificam os cálculos escatológicos que Vieira empreendeu. O tempo formava um todo, divisível em partes, e o número quatro era um dos preferidos para dar conta dessa ordem temporal. Baseava-se ele na interpretação messiânica tradicional da estátua do mais conhecido sonho de Nabuco, forjada com quatro metais, amplamente comentada na *História do Futuro* (Liv. I, Cap. I) e mais brevemente no Sermão do S.S. Sacramento, 1662, t. VII, cap. 5; baseava-se também nos quatro ventos e nas quatro bestas do segundo sonho de Nabuco, comentado no cap. 2 do Livro I da *História do Futuro*. Num passo do *Sermão de S. Roque*, 1644, a Lei da Graça é igualmente associada ao número quatro: “o império fundado em quatro irmãos, assentado sobre quatro colunas, alumado com quatro tochas, será perpétuo, será perdurável, igualará a duração com a do mundo, medirá os anos com a eternidade (t. XII, 25b)” (Mendes, 2003: 521-522).

⁵ Chama-se quinto, no cômputo dos impérios das profecias de Daniel (Assírio, Persas, Gregos e Romanos). Note-se que, no século XVII, acreditava-se que o império romano continuava, decaído do seu esplendor, diminuído e dividido, mas ele existia ainda. Deste império romano é que devia nascer o quinto, o império

com a universalidade das grandes potencias, universalidade apenas aparente e sem significado filosófico. “A aspiração messiânica do Quinto Império significa a superação espiritual, por redução da multiplicidade histórica ou temporal e da variedade geográfica ou espacial a um todo único, contínuo, sem partes” (Mendes, 2003: 522).

6. Arquitectura teológica do Quinto Império

O Quinto Império Vieiriano consubstancia-se, pois, teleologicamente com base numa teologia da história soteriológica de matriz cristológica, em termos da sua substância. Trata-se, numa perspectiva teológica que radica e redundando da espiritualidade inaciana de centralidade cristológica, da plenificação, sonhada no quadro do ideário universalista programático do Evangelho. Estamos perante o fim central de toda a actividade missionária: *Consumar o Reino de Cristo na Terra*. Mas aqui não já apenas em reino, mas em império, império enquanto reino ampliado à escala global.

É, pois, a utopia vieiriana por excelência uma utopia cristológica, embora incorpore formalmente, em particular, a influência bem patente das utopias pneumatológicas medievais, nomeadamente alguns dados da utopia da Idade joaquimita do Espírito Santo, que tanto marcou o pensamento subversivo europeu (Franco & Mourão, 2005).

O Quinto Império é concebido por Vieira radicando-se na longa tradição profética cristã, mas

não deixando de recorrer a elementos ante e paracristãos.

A utopia vieiriana edifica-se, pois, à luz de quatro categorias-pilares: a ideia de recuperação, de reformatão/aperfeiçoamento, de recriação e de plenificação (Franco & Fernandes, 1999). Estas categorias estruturaram a ideia que funda o Quinto Império à luz da vertente ideológica, de cariz mítica, da ciclicidade triádica da história, a chamada “*renovatio temporum*”. Esta dinâmica cíclica convive, internamente, com a perspectivação da história linear ascendente de matriz judeo-cristã.

A categoria da recuperação articula-se com o desejo mítico de recuperação/regresso da situação genésica da humanidade, da harmonia socionatural do paraíso perdido. A sua teologia profética assume a concepção do mundo como o regresso da humanidade ao seu *Telos* mítico e ideal: “Tal é a História, Portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa. Se há-de restituir o Mundo à sua primitiva inteireza e natural forma, não se poderá converter um corpo tão grande, sem dor nem sentimento dos seus membros, que estão fora do seu lugar. Alguns gemidos se hão-de ouvir entre vossos aplausos, mas também estes fazem harmonia” (Vieira, 1983: 89). A esta recuperação do paradigma harmónico do paraíso, interliga-se uma outra recuperação significativa: a experiência paradigmática, elevada também a foros de mitificação, da Igreja Primitiva e dos primeiros cristãos em termos de exemplaridade da vivência do Evangelho.

da pedra, segundo a visão de Nabucodonor. “(...) e o quarto que é o Romano está na sua última declinação” (Vieira 1983: 28). Vieira teve em conta que Bandarra tinha já profetizado o Quinto Império para Portugal:

“Em Vós que haveis de ser Quinto
Depois de morto o Segundo,
Minhas profecias fundo
Nestas letras que Vos pinto” (Bandarra, s.d.: 83).

A Pêntada, ou número cinco, era, para os pitagóricos, quase tão importante como a Década, da qual era a metade e a imagem reflectida condensada. Composta do 1º número ímpar, masculino, assimétrico, propriamente dito (depois da mónada), três, e do primeiro número par feminino, dois, ela representava para os gregos o número do amor. Número de Afrodite, enquanto deusa da união fecundadora, do amor gerador, arquétipo abstrato da geração. A Pêntada é também o número da harmonia na saúde e da beleza encarnada no corpo humano, projecção da alma cósmica, da década (macro-cosmos), no plano material, reflectindo com ela o grande ritmo da vida universal. O emblema geométrico da Pêntada é o pentagrama, estrela regular de cinco pontas que era o sinal secreto e o símbolo geométrico da confraria pitagórica (Ghyka, 1952: 15-16).

Os conceitos de reformação e aperfeiçoamento, pela graça salvífica de Cristo, redundam da preocupação redentora resultante da consciência de queda, de decadência, de fractura da harmonia na sociedade humana do presente. Esta liga-se directamente à ideia de recriação que, em Vieira, assume uma dimensão mais funda e mais extensiva.

O pregador considera que os portugueses enquanto tecelões da modernidade, de uma nova era, operaram com as suas viagens marítimas uma nova criação que *revelou o mundo ao próprio mundo* e lhe deu a consciência da sua global extensão, dando dimensão e amplitude plena à criação divina, em termos gnosiológicos, e nas suas possibilidades de plenificação do projecto utópico cristão de convívio humano. Antes dos Descobrimentos, “estava todo o Novo Mundo em trevas e às escuras, porque não era conhecido”, escrevia Vieira no “Sermão da Epifania”, pregado na Capela Real em 1662.

E esta iluminação do mundo acaba por ser o cumprimento de uma promessa divina feita pela boca do profeta Isaías e do evangelista São João no Apocalipse: a promessa de criar novos céus e nova terra⁶. As passagens proféticas inspiram Vieira na sua interpretação da modernidade da história construída pelas viagens marítimas portuguesas, construtoras da nova geografia de abrangência planetária, a era da proto-globalização: “Desapareceu a terra antiga, porque a terra dali por diante já não era a que tinha sido, senão outra muito maior, muito mais estendida e dilatada em novas Costas, em novos Cabos, em novas Ilhas, em novas Regiões, em novas Gentes, em novos animais, em novas plantas. Da mesma maneira o Céu também começou a ser outro. Outros astros, outras figuras celestes, outras alturas, outras declinações, outros aspectos, outras influências, outras luzes, outras sombras,

e tantas outras coisas todas outras”. Conclui o pregador no sentido da renovação e expansão espiritual e evangélica da Igreja, que é a finalidade plenificadora da sua utopia: “E porque toda esta novidade do novo céu, da nova terra, e do novo mar, se ordenava à fundação de outra nova Igreja, esta foi a que logo viu o mesmo evangelista com nome também de nova: *Et vidi civitatem Jerusalem novam descendentem de coelo*. Finalmente, para que ninguém duvidasse de toda esta explicação, considera que a mesma Igreja nova que viria, se havia de compor de “Nações e Reis Gentios, que nela receberiam a luz da Fé, e sujeitariam suas Coroas ao Império de Cristo” (Vieira, 1959: II, 597-598).

A noção do novo império é inspirada pela obsessão da totalidade: totalidade de poder ou *monarchia*, de língua ou de religião, consubstanciada no ideário de fundo bíblico de “um só rebanho, um só pastor”. Aqui o herege, o gentio e o judeu estão aliados ao católico, unidas “todas as seitas do mundo, feita a concórdia de um só rebanho, fé e religião, em total consonância, e perpétua harmonia, contendo em todas as quatro partes do mundo, até ao fim dele, e confessando alternadamente a muitas vozes, e juntos numa só voz” (Vieira, 1959: I, 228).

O tema dominante é o da reconstituição do estado primordial da humanidade por mediação da própria divindade. O decisivo, porém, será a cristologia paulina da superabundância da Graça, que ganha para a humanidade pela paixão e morte do Mediador, infinitamente mais do que aquela perdida em Adão.

Na Graça, como superabundância energética da vida espiritual, simultaneamente transcendente e imanente, a Redenção adquire um carácter dinâmico dum tempo em aberto, duma nova criação que não só reconstitui a realidade decaída como ainda lhe

⁶ Is 65, 17: “Porque, eis que eu crio novos céus e nova terra, e não haverá lembrança das coisas passadas, nem mais se recordarão”. Ap 21, 1-2: “E vi um novo céu e uma nova terra. Porque já o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe. E eu, João, vi a Santa Cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu esposo”.

inaugura possibilidades novas. Possibilidades que, na subordinação à acção fundamental de um Ungido, se actualizarão num crescimento e numa mutação, temporalmente tão imponderáveis quanto escatologicamente determinadas. O tempo de Cristo, o tempo da Redenção, é um processo aberto, é um horizonte em expansão, irreductível a tudo quanto já aconteceu, fecundando na infinita virtualidade duma tensão que aposta para o *mais* e o *melhor*, preluindo a consumação escatológica entre Cristo e a Igreja. Daqui resulta que o acontecimento crístico e a centralidade eclesiológica são factores fulcrais para realizarmos a hermenêutica do projecto profético de António Vieira. O Quinto Império "(...) não só enquanto espiritual, senão ainda enquanto temporal, se ordena ao fim último e sobrenatural da Bem-aventurança (...), nisto se distingue dos reinos meramente políticos e humanos porque estes têm por fim a conservação e felicidade da Terra, e o de Cristo e dos cristãos, a do céu." Portanto, o Quinto Império é o agente, por excelência, da *plenificação* dos desígnios de Deus, do que a sua inamovível mão determinou para a história.

Por outro lado, a visão do Quinto Império, de acordo com a perspectiva de Vasco Pulido Valente, não pode ser apenas esclarecida pelo conhecimento de que as épocas de miséria e de instabilidade costumam inspirar teorias de retribuição temporal da virtude: "O profetismo de António Vieira resulta de tudo isso, da tradição formada durante o domínio espanhol e mais da circunstância decisiva de que, considerando-se a missão o conteúdo real da História, Portugal - aos olhos de um observador contemporâneo - havia desempenhado e continuava a desempenhar no mundo uma acção de valor dramático" (Valente, 1989: 89). Os portugueses tinham sido considerados, por Vieira, os criadores da universalidade. Como é lógico, uma vez que se

professava um determinismo providencialista radical, acreditava-se que Portugal era um instrumento privilegiado do plano divino. Note-se que, nesta época, associada a todo o processo de missionação, verifica-se uma reelaboração da universalidade do cristianismo, agora entendida à escala planetária

O nosso pregador não funda a sua visão apenas na profecia mítica, na qual Cristo teria supostamente revelado a D. Afonso Henriques o destino universalista de Portugal. Alguns desses sinais são retirados do foro mundano e histórico.⁷

Um dos factores probativos é o facto de Portugal ter sido formado do território conquistado aos infiéis: "Nem no Reino, nem em toda a Monarquia, os portugueses dominam (...) um só palmo de terra que não fosse conquistado aos infiéis" (Vieira, 1958: IV, 9). Portugal tem uma vocação missionária original. Outro aspecto apontado por Vieira refere-se ao facto de Portugal ter sido poupado ao *incêndio fatal* das heresias, diferentemente da Suécia, da Inglaterra, da Holanda, da França e muitas outras nações e províncias. Ainda outro factor importante que Vieira alega para justificar a eleição de Portugal relaciona-se com o reconhecimento pelo papado da missão lusitana. Este argumento legitimador não é apenas de carácter jurídico, mas também é teológico, pois o Bispo de Roma gozava de uma assistência especial do Espírito Santo.

No projecto quinto-imperialista vieiriano pontificam duas universalidades que são distintas, embora estando perfeitamente interligadas: a universalidade de Portugal e a universalidade da Igreja Católica (Borges, 1995: 373). A ideia imperialista do pregador é trespassada pelo sonho da unidade: "Na verdade, a ideia de um império universal exprime a mesma vontade de unificar, numa estreita colaboração, o poder espiritual e o poder temporal,

⁷ "João de Barros e Diogo do Couto haviam revelado que Portugal, no Quinhentos, possuía não uma crónica doméstica, mas uma história universal. Os acontecimentos seguintes haviam destruído em Portugal o poder de continuar a fabricar História Universal. Vieira quer que a Palavra de Deus revele a chegada da inauguração do Império do Mundo, a crónica real doméstica transformada em História Universal" (Rodrigues 1958: 648).

com o fim de facilitar e completar a missão. Tal como há apenas um Pontífice com o poder universal da Igreja, deve haver um Imperador com o poder total do mundo, pois só desse modo será possível um entendimento durável, um total aproveitamento das energias e uma colaboração fecunda, que a fragmentação do poder temporal e as lutas intestinas da cristandade contemporânea impediam.” (Valente, 1989: 225).

Entramos aqui num dos pontos centrais da problemática que envolve a construção da utopia de Vieira como projecto de regeneração da humanidade e da Igreja. A Cristandade europeia estava fragmentada pelas lutas religiosas e políticas intestinas, pelas mudanças sócio-culturais que impuseram uma revolução dos padrões tradicionais do pensamento filosófico e até religioso; o velho modelo de cristandade medieval estava a ser fortemente abalado nos seus fundamentos e, a par de tudo isto, um novo mundo foi descerrado perante a Europa, dando-lhe a consciência de que não estava sozinha na terra. Tudo isto colocou em causa a mundividência herdada da medievalidade, informada por padrões restritivos de entender o mundo, o homem e o cosmos. O conflito instalou-se e a divisão tornou-se uma realidade numa sociedade cristã moldada no sonho primigénio da unificação. Daí que o projecto do Quinto Império é precisamente a tentativa de recuperar a unidade pela autoridade ordenadora e legitimadora do papado à maneira medieval, mas agora estendida à escala mundial, corroborada por um reino único que exerceria jurisdição temporal sobre todas as nações da terra.

Esta ordem universal é vista como a união entre um macro-poder universal de carácter espiritual e um macro-poder temporal que exerceria uma função de arbitragem entre os povos, uma espécie de autoridade mundial moderadora e reguladora à luz dos valores da teologia cristã.

O Padre António Vieira proclamou bem a urgência regenerativa e ôntica da Cristandade e do

psiquismo português, consubstanciada na sua concepção do Quinto Império: “Hão-de ler-se, nesta História, para exaltação da fé, para triunfo da Igreja, para glória de Cristo, para a felicidade e paz universal do Mundo, altos conselhos, animosas resoluções, religiosas empresas, heróicas façanhas, maravilhosas vitórias, portentosas conquistas, estranhas e espantosas mudanças de estados, de tempos, de gentes, de costumes, de governos, de leis, mas de leis novas, governos novos, costumes novos, estados novos, conselhos e resoluções novas, empresas e façanhas novas, conquistas, vitórias, paz, triunfos e felicidades novas, e não só porque serão futuros, mas porque não terão semelhanças nenhuma das passadas. Ouvirá o mundo o que nunca viu, lerá o que nunca ouviu, admirará o que nunca leu, e pasmará, assombrado, do que nunca imaginou.” (Vieira, 1983: 89)

Neste tempo novo que se apregoa, a liberdade humana e do mesmo passo a natureza, o mal, o erro e o aleatório dos tempos e dos ventos são factores de somenos importância. Vieira vislumbra a realização futura, não já de valores tendenciais, não apenas de ideias-força em que se crê e se espera, mas de situações ideais necessárias. Assim sendo, a teologia futurista de Vieira é profética e visionária, de contornos míticos, não escapando a uma *teleonomia necessitarista*, embora não descure de factores decisivos em termos económicos e sociais (Quadros, 1983: 153-154).

O regime político projectado para este Quinto Império será feito por Cristo através de um processo da mediação: governaria por interpostas pessoas. A primeira pessoa seria o Papa, que obteria o exercício do poder espiritual, e que continuaria em Roma a dirigir a Igreja universal. A segunda pessoa seria o Rei de Portugal, elevado à dignidade de Imperador do Mundo, como recompensa dos serviços prestados pelos portugueses à evangelização das nações e consequente universalização do cristianismo. O Rei português, como árbitro supremo dos estados, exerceria a autoridade temporal em Lisboa, convertida em

capital do império. Por conseguinte, o Papa e o Imperador governariam o Mundo na qualidade de vigários de Cristo ou Vice-Cristos, como Vieira lhes chamou ainda: “De maneira que, assim como o primeiro vigário de Cristo, que é o Sumo Pontífice, pela jurisdição universal que tem sobre toda a Igreja, se chama Vice-Cristo no império espiritual, assim o segundo vigário do mesmo Cristo, pelo domínio universal que terá sobre todo o mundo, se chamará também, no império temporal, Vice-Cristo” (Vieira, 1983: 194).

Estamos perante uma construção idealizada perfeitamente no quadro da mundividência clássica de uma sociedade sacral, típica da Cristandade. Nesta linha, a primazia continua a ser do poder espiritual, que é o primeiro na escala de valores cristãos.

O grande benefício trazido aos homens por este Reino de Cristo Consumado é a ausência de pecado na face da terra: “(...) não haverá pecado algum, segundo o que diz Isaías, não se ouvirá falar de iniquidade alguma” (Ibidem: 184). Logo, uma das principais características deste império será a santidade, uma espécie de comunhão dos santos experimentada na terra.

A impressão geral com que ficamos ao analisarmos a planificação do Quinto Império é que tudo será mudado, sem que nada de estruturante seja mudado. Tudo será, efectivamente, diferente, na medida em que os homens ficarão livres dos agentes do mal. Mas tudo permanecerá como no passado, desde as estruturas organizadoras da sociedade até às próprias actividades humanas. Os homens continuarão a beber, a comer, a vestir-se e deverão na mesma trabalhar para a satisfação das suas

necessidades. As oposições e as controvérsias também não desaparecerão. Diferente será a forma como os problemas serão solucionados. Estas serão resolvidas pacificamente, cada soberano delegará, com efeito, uma parte da autoridade ao imperador de Lisboa e será este a dirimir, com o consenso geral, todos diferendos entre as nações: “(...) O Imperador Universal decidirá as controvérsias com que hoje se destroem e manterá o mundo na paz de Cristo, tão desejada pelos profetas.” Deste modo, o primeiro problema a extinguir-se será a guerra, ao mesmo tempo que será realizada a conversão universal: “(...) finalmente então haverá um só coração e uma só alma e todos viverão na graça do Senhor” (Ibidem: 198). Portanto, este estado da humanidade será de amor e de paz. É também o tempo ideal da realização da unidade da Igreja e da fé cristã. O conhecimento do Senhor inundará o mundo como o dilúvio inundou a terra. Todos os homens, os cristãos e também os que tivessem sido muçulmanos, judeus ou gentios adorarão então Jesus Cristo. Vieira prevê a hipotética subsistência de algumas diferenças nas práticas do culto, particularmente entre os judeus. Porém, os seus sacrifícios passarão a ter um novo sentido, dado que estarão integrados na unidade da Igreja e direccionados para o sentido último da adoração cristã.⁸

Esta nova era da humanidade não é ainda o tempo da contemplação no sentido joaquimita, mas permanece o tempo da acção. Consistirá sim na potenciação do tempo histórico presente com os dinamismos do amor e da paz evangélicas. Em suma, a vida será desembaraçada das suas dificuldades, mas continuará como no passado.

⁸ Nesta particularidade, estão subjacentes as discussões verificadas entre o Padre António e os Judeus, nomeadamente aquelas que aconteceram com o rabino holandês Menassés Ben Israel. Vieira acredita na possibilidade dos ritos a que os judeus estão arreigados poderem continuar a ser praticados com a assunção do Quinto Império: “(...) por dispensação de Deus ou da Igreja, se não-de restabelecer na consumação da mesma Igreja os sacrifícios da Lei antiga, não como prefigurativos dos sacramentos e sacrifícios da nova lei, pois estes já estão presentes, porém, retido o outro fim, ou como demonstrativos do sacrifício e sacramento da mesma nova Lei, ou como moralmente significativos da imolação interior da nossa alma, e tudo para que os Hebreus (dos quais dez tribos estão dispersas por todo o Mundo, e ainda se ignora aonde estejam), sendo tenacíssimos aos seus ritos, mais facilmente se reduzam à fé de Cristo na consumação da sua Igreja” (Vieira, 1983: 183-184). Esta cedência de António Vieira, em nome de acordo de teor quase ecuménico, partiu da constatação de que os judeus são inamovíveis das suas tradições religiosas. Todavia, por este facto, a Inquisição vai acusá-lo de judaizante.

O sistema profético de Vieira responde às expectativas dos homens do seu tempo. Desde o início do século XVI, a ideia de uma monarquia universal preocupava os homens daquele tempo. Carlos V tinha sonhado reconstruir a unidade do sacerdócio e do Império, enquanto o poeta Hernando Acuña lhe propunha, como ideal, um só rebanho e um só pastor, um monarca, um império, uma espada. Por outro lado, a idealização quinto-imperialista vieiriana faz eco dos grandes debates teológicos e eclesiológicos da modernidade, a saber, a questão da natureza e da graça, a relação entre o poder temporal e espiritual, a emergência da universalização do cristianismo e a sua consequente problemática soteriológica. Contudo, o Padre António Vieira reflecte e distancia-se das tendências marcantes acerca da evolução destas temáticas. Em relação aos modelos eclesiológicos (Congar, 1996), opta pela separação e distinção dos poderes temporais e espirituais, embora orientados para o mesmo fim. No que respeita à tendência teológica crescentemente pessimista de entender a natureza, assumida pela afirmação do jansenismo no horizonte católico, apresenta uma visão bem mais positiva e promissora, na base de uma cada vez mais plena comunhão dos domínios da natureza e da graça.

Enfim, a nível soteriológico, aposta na iminência da mundialização do cristianismo e da salvação cristã, mas abre brechas para uma certa tolerância religiosa, passível de ser concedida aos judeus e aos ameríndios.

7. Funcionalidades e sentidos da utopia quinto-imperialista em perspectiva lusófila

O passado e o futuro tornam-se, na perspectiva desta ideologia estruturadora da identidade nacional, campos decisivos de estabelecimento de uma geografia do imaginário de forma a lograr intervir e orientar a política do presente, revelando-se aqui sobejamente,

como designa Lucien Febvre, a função social e política da história (Febvre, 1989: 258). Esta, mais do que debruçar-se sobre o passado, visa intervir no presente. O mesmo se aplica superlativamente em relação aos utopistas a quem Vieira quis dar o estatuto de *historiadores do futuro*.

Se Donald Kelley designou “obsessão pelo problema das origens” (Kelley, 1970: 302) à preocupação de atribuir raízes remotíssimas aos reinos europeus, por parte de muitos historiadores da modernidade, poderíamos com propriedade chamar ao intento intensivo dos profetas/historiadores que atribuíram destinos gloriosos para esses mesmos reinos, a *obsessão do futuro*.

Em grande medida, o pensamento utópico de Vieira considera a perenidade e a viabilidade de Portugal, enquanto reino e mais ainda enquanto império, uma questão de fé e de esperança. O reino lusitano construiu-se, sobreviveu e restaurou-se - em analogia com a história do Povo Eleito da Antiga Aliança, Israel, que é o povo-metáfora, prefiguração do Povo Português, Povo Eleito da Nova Aliança - em atitude constante de fé e esperança perante a consciência da sua situação de país frágil e quase sempre em crise.

Esta consciência de crise e de fragilidade - inscrita na genética da condição portuguesa que perigava a sua própria viabilidade futura enquanto povo autónomo - atingiu o seu extremo na experiência de subjugação a um povo estrangeiro, ao vizinho reino de Espanha. Mas foi aí que se revelou mais peremptoriamente a eficácia da fé e da esperança na resistência de Portugal. Escreve, neste sentido, o pregador na sua *História do Futuro*: “É cousa muito digna de notar que nunca antes ao povo de Israel concorreram tantos profetas juntos como antes do cativo de Babilónia e no mesmo cativo (...). A razão deste concurso tão extraordinário de profetas e profecias (nunca antes nem depois visto) foi porque nunca o povo e o reino de Judá padeceram tão

grande trabalho e calamidade (...), sendo cativos, presos e despojados de seus bens, arrancados da pátria e levados a terras de bárbaros, e lá oprimidos e tratados como escravos em duríssima servidão. Ordenou pois a providência e misericórdia divina que, naquele tempo e estado tão calamitoso, houvesse muitos profetas e muitas profecias (...) para que o povo não desmaiasse com o peso da aflição e, animado com a esperança da liberdade, pudesse com o trabalho do cativo (...). Cantavam-se as profecias ao som das cadeias, e com a brandura deste som os ferros se tornavam menos duros e os corações mais fortes”.

À semelhança dos profetas do Antigo Testamento, pois, espera que a sua obra profética, a sua *cartografia do futuro*, cumpra a mesma função de oferecer o imprescindível capital de esperança: “nem Portugal nem o Mundo poderá ter outro alívio nem outra consolação maior que a frequente lição e consideração deste livro e das profecias e promessas do futuro que nele se verão escritas. Ao menos não negará Portugal que, no tempo da sua Babilónia e do cativo e opressões, com que tantas vezes se viu tão molestado e apertado, nenhuma outra apelação tinha a sua dor, nem outro alívio ou consolação, a sua miséria, mais que a lição e interpretação das profecias e a esperança da liberdade e do ano dela, e do termo e fim do cativo que nelas se lia” (Vieira, 1983: 50-51).

Vieira e as suas obras proféticas, nomeadamente a significativamente denominada *História do Futuro*, que acabamos de citar, são paradigmáticas desta obsessão teleológica como estratégia que recorre aos instrumentos da utopia para legitimar a afirmação presente da nação e garantir-lhe viabilidade futura. Como bem comenta Pedro Calafate, “a importância dos fins, como horizonte de acção humana e particularmente dos Portugueses, condu-lo não à história do passado, mas à história do futuro, que se apresenta como via de superação da consciência de crise que o barroco expressa, e superação também do

pessimismo antropológico que apresenta em tantos dos seus textos. O futuro em que devemos ter esperança é o do reino de Cristo consumado na terra, um império, que tendo uma expressão política, apresenta sobre ela uma natureza apostólica” (Calafate, 2001: 61).

Muitos acusaram a perspectiva utópica de Vieira, é certo, de obsessiva e delirante, usando esta sua atitude profética inflexível para desmerecer esta dimensão da sua obra. Mas em muitos campos, e também neste de forma surpreendente, Vieira preparou a sua defesa em relação aos seus muitos detractores, do seu tempo e da posteridade, que nunca deixaram de o acompanhar.

Obsessão e loucura podem caracterizar, de facto, hiper-significativamente a produção e as proclamações utópicas de Vieira, ideário utópico de que nunca desistiu até ao fim da sua vida. Loucura sim, mas uma *loucura necessária*. Trata-se do segundo tipo de loucura que o próprio Vieira define: aquela loucura que está acima da razão, que é muito diferente daquela que está abaixo da razão, na sua visão do mundo como um grande “hospital de loucos”. A loucura que está abaixo da razão é a que faz a mesquinhez humana: os vícios e a opressão do homem pelo homem. A loucura que está acima da razão é a que motiva as acções que fazem a grandeza humana. Ambas as loucuras, porém, põem os homens “fora de si” e deixados de si. Ainda tomando as palavras de Pedro Calafate, “para o jesuíta, era necessário ser “louco” para ter um sonho do tamanho da paz e da harmonia do mundo”. E acrescenta mais adiante o mesmo estudioso de Vieira e da nossa cultura nacional na sua obra *Portugal como problema*: “Deixar-se, neste contexto, é abandonar a perspectiva de vida criticada mais tarde na *Mensagem* de Pessoa, a existência dos que vivem contentes na sua casa e no seu quintal. Deixar-se é elevar-se acima da mediania, acima do discurso lógico dos prudentes, acima do meio-termo e aspirar pela extremosidade das alturas a que só os

santos e os heróis são capazes de se projectar. Ambos eram loucos, os primeiros eram os loucos propriamente loucos, os segundos eram, como dissemos, os santos e os heróis, ou seja, os missionários, os navegadores, os guerreiros, enfim, os que estavam acima da razão” (Calafate, 2001: 62-63). Aliás, como lucidamente escrevia Vieira, “não há grandes feitos sem mistura de doidice”.

De facto, hoje, cada vez os estudiosos de Vieira e de outros utopistas seus contemporâneos têm haurido e procurado compreender aquilo que representou o significado profundo do seu pensamento utópico e, diríamos nós, da sua estratégia utópica, que até há pouco tempo foi factor de desconsideração e até de ridicularização da obra deste mestre da Língua Portuguesa. Não poucos desvalorizaram a produção utópica de Vieira. No entanto, o pregador jesuíta encareceu o valor dos seus escritos proféticos, que classificou superlativamente de “Palácios altíssimos”, colocando-os muito acima do nível em que situou os seus sermões, na hierarquia de importância, que apelidou de meras “choupanas”⁹.

De facto, Vieira intui genialmente a importância decisiva dos factores de sobrecompensação psicológica enquanto pano de fundo motivador e horizonte onírico mobilizador em ordem à superação das dificuldades grandes verificadas no tempo

presente. Aliás, a sua utopia resulta de uma percepção muito realista das condições sociopolíticas do reino de Portugal. Dai que se entregue a essa loucura necessária, no dizer lapidar de Pedro Calafate, e na utopia como estratégia psicopolítica. Como conclui sagazmente o estudioso Leonel Ribeiro dos Santos: “Vieira estava ciente da importância daquilo a que hoje chamamos os factores psicossociológicos e ideológicos na política e na vida colectiva dos povos. E, assim, o milenarismo universalista e o nacionalismo messiânico que se entrelaçam na sua ideia de Quinto Império e que, à primeira vista, poderiam parecer como ingredientes entre si contraditórios e como manifestações exacerbadas do seu idealismo utópico podem bem antes ser lidas como a prova do seu lúcido e subtil realismo” (Santos, 2008: 47).

É, no fundo, aquele factor fonte de utopias, recorde-se, que Ernst Bloch definiu como sendo o “princípio esperança”¹⁰. Em apoio desta perspectiva, Paul Ricoeur, na sua obra *Ideologia e Utopia*, elucida-nos sobre a função positiva das utopias, as quais desempenham um papel terapêutico ao nível das estruturas simbólicas das sociedades, servindo como meios de integração e regeneração social. Assim, Ricoeur entende a utopia “como a representação de um tipo de sonho social, sem ter em conta os primeiros passos reais necessários para o movimento na direcção de uma nova sociedade” (Ricoeur, 199: 23).

⁹ No ano de 1696, Vieira parecer aceitar apelar de *choupanas* aos seus sermões, comparados aos *palácios altíssimos* que pretendia erguer na *Clavis Prophetarum*: “E, estando eu em Lisboa todo aplicado à obra, a força de Castela e Portugal tiraram-me das mãos, querendo que em lugar de palácios altíssimos me ocupe de fazer choupanas, que são discursos vulgares que até agora se imprimiram” (Vieira 1971: III, 681). Os vindouros preferiram e valorizaram, todavia, mais os seus sermões. Tais casos de divergência entre o autor e o seu público não são raros na história das letras. A título de exemplo, podemos referir Erasmo que, com certeza, sofreria uma grande decepção se soubesse que a sua fama, no século XX, se basearia principalmente na *Laus Stultiae*, que não passava, no seu ponto de vista, de uma brincadeira entre ele e o seu amigo Thomas More.

¹⁰ António Vieira é, nesta linha de reflexão, um utópico e um reformador. E a sua fé na sua utopia é tão açambarcadora, tão absolutizante que chegou ao ponto de distrair-se da realidade e viver apenas para a sua fé no ideal que tinha edificado, até mesmo quando todos deixaram de acreditar na sua esperança. O diagnóstico de Ernst Bloch sobre a psicologia do utopista reformador aplica-se, de certo modo, a Vieira em determinada fase da sua vida: “Contudo, um bom número de reformadores do mundo eram paranóicos ou estavam em vias de o ser, o que se compreende em certa medida. A loucura concebida como relaxamento favorável à irrupção do inconsciente, à possessão pelo inconsciente, manifesta-se igualmente num ainda-não-consciente. A paranóia é frequentemente produtora de projectos e existe, por vezes, entre dois personagens uma certa reciprocidade de acção. De tal sorte que um talento utopista pode deslizar para a paranóia e mesmo ceder voluntariamente ao delírio” (Bloch, 1983: 38). Atentemos ao sentido do uso do termo *paranóico* por Ernst Bloch, que significa, de acordo com a raiz grega da palavra, aquele que está para além da *noia*, isto é, do uso lógico da razão, se quisermos, aquele que está para além da realidade. Por vezes é certo, como argumenta Umberto Eco nos seus “Seis Passeios nos Bosques da Ficção”, a evidência dos factos não é suficiente para desmentir a ficção ou o romance desenvolvido pelo seu autor. Muitas vezes, a força da ficção apodera-se do criador como uma eloquente realidade, que torna o seu autor crente na sua criação e, mais ainda, na sua eficácia colectiva.

Aliás, o próprio Vieira reflecte nos seus sermões sobre a importância do que hoje se designa os factores psicológicos na condução da política e no sucesso dos projectos colectivos. Focando a sua preocupação no esforço de guerra que Portugal estava a levar a cabo contra Espanha para defender a sua independência, pregou no “Sermão pelo Bom sucesso de nossas armas”: “A Alma dos reinos, principalmente em seus princípios, é a opinião (...). A mais perigosa consequência da guerra e a que mais se deve recear nas batalhas é a opinião. Na perda de uma batalha arrisca-se um exército; na perda da opinião arrisca-se um reino” (Vieira, 2001: 245).

Em suma, a utopia de Vieira completa o processo de pensar e definir a identidade portuguesa, destacando-lhe a natureza religiosa, sentido íntimo da sua história especial: ser luz do mundo, ser Evangelho de uma humanidade nova, ser de algum modo Cristo encarnado e encarnante para o mundo, de modo a fazer esse mesmo mundo cristificado e, assim, tornar a história plenificada.

Bibliografia

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Tip. Guerra, 1974.

BANDARRA. *Profecias de Bandarra, sapateiro de Tancoso*. Apresent. António Carlos Carvalho. Lisboa: Nova Vega, s.d.

BARRETO, Luís Filipe. *Portugal Mensageiro do Mundo Renascentista. Problemas da Cultura dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Quetzal, 1989.

BLOCH, Ernst. *Le Principe Espérance*. Tomo II, Paris: Galimard, 1983.

BLOCH, Marc. *La Société Féodale*. Paris: Albin Michel, 1968.

BORGES, A. Esteves. *A plenificação da História no Padre António Vieira*. Lisboa: Texto policopiado, 1988.

BORGES, Paulo Alexandre E. *A Plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a Ideia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995.

BRUHNS, Hinnerk & BURGUÈRE, André (orgs.). *Historiographies et représentations nationales en Europe* (Table Ronde Internationale, 19 de Junho de 2000). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales - Textos Policopiados, 2000.

BUESCU, Ana Isabel. “Um Mito das Origens da Nacionalidade: o Milagre de Ourique”. In BETTENCOURT, Francisco & CURTO, D. Ramada (orgs.). *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1989.

BUESCU, Ana Isabel Carvalhão. *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*. Lisboa: INIC, 1987.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática ou os Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

CALAFATE, Pedro (dir.). *História do pensamento filosófico em Portugal*. Lisboa: Caminho, 2001.

CALAFATE, Pedro (org.). *Portugal como problema*, vol. II. Lisboa: Público: FLAD, 2000.

CANTEL, Raymond. *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de Antonio Vieira*. Paris: Hispano-Americanas, 1963.

CASTRO, Américo. “Sobre la Historiografía Española”. In *Miscelânea de Estudos em Honra de Joaquim de Carvalho*. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, 1959.

- CHABOD, Frederic. «Ya-t-il un État de la Renaissance? ». In *Actes du Colloque sur la Renaissance*. Paris: Vrin, 1958.
- CLEMENTE, Manuel. *Portugal e os portugueses*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- COELHO, António Borges. *Questionar a História. Ensaio sobre História de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1983.
- CONGAR, Yves. *L'Église de Saint Augustin à l'époque moderne*. Paris: Cerf, 1996.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *Celts et Gaulois au XVI^e siècle. Le développement littéraire d'un mythe nationaliste, avec l'édition critique d'un traité inédit de Guillaume Postel de ce qui est premier pour reformer le monde*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1972.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. "Qu'est-ce qu'une Nation? Conscience d'identité et respect de l'altérité". In *L'Imaginaire de la Nation (1792-1992) - Colloque européen de Bordeaux*. Bordeaux: PUB, 1991.
- ECO, Umberto. *A Passo de Caranguejo*. Lisboa: Difel, 2007.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989.
- FEBVRE, Lucien. *Génesis de uma civilização*. Lisboa: Teorema, 2001.
- FRANCO, José Eduardo. *Teologia e utopia em António Vieira*. Separata da Lusitania Sacra (tomo XI), Lisboa, 1999.
- FRANCO, José Eduardo. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Prefácio de Francisco Contento Domingues. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque d'Orey e Roma Editora, 2000.
- FRANCO, José Eduardo & FERNANDES, José Manuel Correia. *O mito do milénio*. Lisboa: Paulinas, 1999.
- FRANCO, José Eduardo & MOURÃO, José Augusto. *A influência de Joaquim de Flora na Cultura Portuguesa e Europeia*, Lisboa: Roma Editora, 2005.
- FRANCO, José Eduardo & REIS, Bruno Cardoso. *Vieira na literatura anti-jesuítica*. Lisboa: Roma Editora, 1997.
- FRANCO, José Eduardo (coord.). *Padre António Vieira (1608-1697): Imperador da Língua Portuguesa*. Lisboa: Correio da Manhã, 2008.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GHYKA, Matila. *Philosophie et Mystique du Nombre*. Paris: Payot, 1952.
- KELLY, Donald R.. *Foundations of Modern Historical Scholarship. Language, Law and History in the French Renaissance*. New York: London: Columbia University Press, 1970.
- KRZYSZTOF, Pomian. *L'Ordre du Temps*. Paris: Gallimard, 1999.
- LE GOFF, Jacques. "História". In *Einaudi*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- LOPEZ, Roberto. *Nascimento da Europa*. Lisboa: Rio de Janeiro: Cosmos, 1965.
- LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: D. Quixote, 1978.
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 3^a ed. Lisboa: Gradiva, 2004.
- LOURENÇO, Eduardo. *A morte de Colombo. Metamorfose e fim do Ocidente como Mito*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- MACEDO, Jorge Borges de. "Diagnóstico da Mentalidade Camoniana - A Filosofia da História". In *Estudos sobre Camões. Páginas do Diário de Notícias Dedicadas ao Poeta no 4^a Centenário de sua Morte*. Lisboa: IN-CM: Diário de Notícias, 1981.
- MARQUES, João Francisco. "A utopia do Quinto Império nos pregadores da Restauração". In *'Quinto Império', attualità del pensiero di Antonio Vieira, S.J., a cura di Pierangelo Catalano*. Sassari: ASSLA, 2000.

- MAURÍCIO, Carlos Coelho. "Entre o Silêncio e Ouro - Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa". *Ler História*, nº 20, 1990.
- MEDINA, João. "O Sebastianismo - Exame Crítico dum Mito Português". In Medina, João (dir.). *História de Portugal*, v. VI. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1991.
- MENDES, Margarida Vieira. *A Oratória Barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MURARO, Valmir. *Padre Antônio Vieira. Retórica e Utopia*. Tese de doutoramento em História apresentada na Universidade de São Paulo. Florianópolis: Insular, 2003.
- OLIVEIRA, Fernando. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introd. e Notas por M. L. C. Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.
- PACAUT, Marcel. *La Théocratie*. Paris: Desclée, 1989.
- PAIVA, Frei Sebastião. *Tratado da Quinta Monarquia*. Edição coordenada por José Eduardo Franco. Introdução de José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- PELOSO, Silvano. *Antonio Vieira e l'impero universale: La Clavis Prophetarum e i documenti inquisitoriali*. Viterbo: Sette Città, 2005.
- PERES, Damião. *Como Nasceu Portugal*. 8ª ed. Porto: Vertente, s.d.
- REAL, Miguel. *Portugal: Ser e Representação*. Lisboa: Difel, 1997.
- RENAN, Ernest. *Qué es una Nación? Cartas a Strauss*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*, tome III, *Le Temps Raconté*. Paris: Seuil, 1985.
- RICOEUR, Paul. *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- RODRIGUES, J. Honório. "Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português". In *Verbum*, vol. XV, fasc. 3, 1958.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento & DEVESAS, Tessaleno. *Portugal Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico, 2007.
- SANTO, Arnaldo Espírito. "Censuras da Clavis Prophetarum do Padre Antônio Vieira". In *A Inquisição em Portugal e na Europa, no Brasil e no Oriente: Tempo, razão e circunstância*. Lisboa: Prefácio; São Paulo: Arkê, 2006.
- SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Melancolia e Apocalipse: Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.
- SARAIVA, António José. "Introdução". In *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1978.
- SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Presença, 1996.
- SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- VIEIRA, António. *Cartas*. Coord. e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, vol. III. Lisboa: IN-CM, 1971.
- VIEIRA, Padre António. "Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo". In *Obras Escolhidas do Padre António Vieira*. Lisboa: Sá da Costa, 1952.
- VIEIRA, Padre António. *Sermões*. Pref. e revisão por Gonçalo Alves, 15 vols. Porto: Lello & Irmão Editores, 1959.
- VIEIRA, Padre António. *Clavis Prophetarum. A Chave dos Profetas*, Livro III. Tradução e edição crítica de Arnaldo Espírito Santo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
- VIEIRA, Padre António. *Sermões*, tomo 2. Edição e introdução de Álcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001.
- VIEIRA, Padre António. *Livro Antepimeiro da História do Futuro*. Edição de José Van den Besselaar. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.
- WILKS, Michael. *The Problem of Sovereignty in the Later Middle Ages. The Papal Monarchy with Augustinus Triumphus and the Publicists*. Cambridge: University Press, 1964.